

PAUTA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no 21/05/2024, às 9h, na Sala 2 de reuniões, discutirá as seguintes matérias:

1 – PL 292/2023

Autor: Deputado Altair Silva (PP)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta altera a Lei n. 18.489/2022, criando o chamado “ICMS Ecológico”, a ser destinado aos municípios que observarem os níveis previstos em lei sobre preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

O percentual do “ICMS Ecológico” terá aumento progressivo anual, iniciando em 1% e podendo atingir até 3% do produto de arrecadação do tributo.

Dentre os critérios a serem observados pelos municípios para a apuração do índice do “ICMS Ecológico”, estão: a) promoção de ações de saneamento ambiental referentes a resíduos sólidos (coleta, tratamento e destinação); b) promoções de ações efetivas de educação ambiental nas zonas urbanas e rurais; c) redução do desmatamento e recuperação de áreas degradadas; d) identificação de fontes de poluição atmosférica, sonora e visual; e) identificação de edificações irregulares quanto às normas de uso e ocupação do solo; f) proteção de mananciais de abastecimento público, dentre outros.

2 – PL 311/2023

Autor: Deputado Mauricio Peixer (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto busca instalar as Farmácias Básicas 24 horas em todas as unidades de saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde no Estado (SUS).

Será garantido o acesso integral e contínuo a medicamentos considerados essenciais à população pela Organização Mundial de Saúde (OMS), além dos remédios constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME.

Dentre os remédios constantes da lista, estão: paracetamol, ibuprofeno, amoxicilina, morfina, insulina, aspirina, diazepam e omeprazol.

Com o acesso aos medicamentos, os pacientes terão condições de dar continuidade ao tratamento médico prescrito, evitando as consequências danosas causadas pela sua interrupção.

As áreas de maior vulnerabilidade social e maior demanda por serviços de saúde terão prioridade na instalação das farmácias básicas.

3 – PL 90/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (União Brasil)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta pretende instituir o uso do método denominado *Wolbachia* no combate à dengue no Estado. A bactéria que, dá nome à técnica, impede que o vírus da dengue se desenvolva no mosquito *Aedes Aegypti*.

A técnica consiste em liberar no meio ambiente o *Aedes Aegypti* contendo a *Wolbachia* para que ele se reproduza com os que não a contêm, formando uma nova população da espécie – que não mais terá o potencial de transmitir o vírus da dengue aos humanos.

O experimento já tem sido realizado nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Petrolina, além de outras, em parceria entre as prefeituras e a Fundação Oswaldo Cruz. O resultado tem sido a diminuição da doença na população.

4 - PL 52/2024

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

De acordo com a proposta, a quilometragem do veículo deverá ser incluída no Certificado de Registro Veicular (CRV), a cada transferência de propriedade do automóvel.

O objetivo do projeto é conferir maior transparência e segurança na compra e venda de automóveis no estado e coibir adulterações da quilometragem.

5 – PL 98/2024

Autor: Deputado Altair Silva (PP)

Relator: Deputado Tiago Zilli (MDB)

O projeto tem por finalidade estabelecer a obrigatoriedade de rampas de escape nas rodovias estaduais a serem restauradas ou readequadas, construídas ou duplicadas, diretamente pelo estado ou por concessão.

As rampas de escape são prolongamentos da estrada projetados para reduzir a velocidade dos veículos em descidas acentuadas, e usam resistência ao rolamento – como areias, cascalho ou pedregulhos – para permitir que o veículo com problemas de frenagem pare em segurança, evitando diversos acidentes automobilísticos.

6 - PL 125/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Deputado Pepê Collaço (PP)

Com o objetivo de estimular a doação de sangue no estado – que possui uma das menores taxas por habitante -, segundo os dados do Ministério da Saúde, o projeto assegura atendimento preferencial ao doador regular de sangue e ao doador de órgãos, tecidos e medula óssea do estado.

A preferência no atendimento ocorrerá em estabelecimentos comerciais, eventos patrocinados pela administração pública estadual, assim como nos procedimentos administrativos dos órgãos estaduais.

Para ser considerado doador regular, o cidadão terá de fazer, ao menos, duas doações no período de um ano ou, no mínimo, uma doação de medula óssea em instituição com sede no estado nos três anos anteriores ao exercício do direito.

7 - PL 410/2021

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

A proposta proíbe os planos e seguros privados de assistência à saúde de exigirem o consentimento do companheiro para a aplicação de métodos contraceptivos em mulheres casadas, em união estável ou qualquer forma de relacionamento afetivo.

A legislação tem por finalidade coibir a prática que vem sendo adotada no estado.

8 – PL 19/2022

Autor: Deputado Sargento Lima (PL)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

O projeto impõe ao estado de Santa Catarina a responsabilidade civil de restituir as vítimas por danos causados pelos apenados que tiverem cometido crime durante os momentos das saídas temporárias dos presídios.

Para obter a restituição, a vítima terá o prazo de 30 dias.

9 – PL 303/2022

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

A proposta proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nas unidades educacionais do estado.